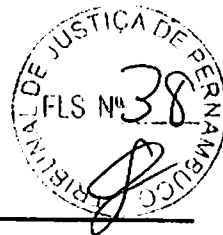




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



## QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0203991-2

228

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: VINICIUS NUNES NOVAES

PACIENTE: IVONALDO MANOEL DE MELO

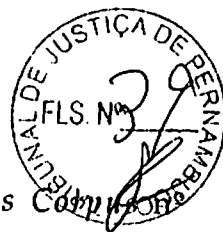
RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

5516  
**EMENTA:** HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO ACOLHIMENTO. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA Nº 52 DO STJ. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. WRIT DENEGADO. UNANIMIDADE.

1. De acordo com os informes oficiais, a instrução criminal está encerrada, restando, pois, superado o alegado constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo. Súmula nº 52 do STJ.
2. A medida extrema tem lastro concreto na periculosidade do paciente, em face de sua propensão à prática reiterada de crimes e em razão da fuga do distrito da culpa, motivos suficientes para manter a prisão, hipóteses elencadas no art. 312, do CPP.
3. *Habeas Corpus* denegado, por unanimidade.

## ACÓRDÃO



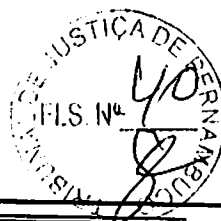
Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 203991-2, onde figura como paciente Ivonaldo Manoel de Melo, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

229

Recife, 26 de janeiro de 2010.

  
Des. Presidente

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
Relator



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

230

PROCESSO Nº 0203991-2

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: VINICIUS NUNES NOVAES

PACIENTE: IVONALDO MANOEL DE MELO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

**RELATÓRIO**

O Bel. Vinicius Nunes Novaes impetrou o presente *habeas corpus* em favor de IVONALDO MANOEL DE MELO, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada.

Na inicial, o impetrante alegou que o paciente foi preso por força de mandado de prisão preventiva em 16 de janeiro de 2009, sob a acusação de prática do crime de homicídio doloso, encontrando-se, pois, segregado há mais de 10 (dez) meses.

Sustentou que o decreto prisional é carente de fundamentação e, ainda, que foi formulado pedido de revogação da prisão preventiva, o qual não foi apreciado pela autoridade impetrada.

Requeru, assim, a concessão da liminar da ordem de *habeas corpus* impetrada, a fim de que seja restaurada a liberdade do paciente. No mérito, pela concessão definitiva do *writ*.

O pleito de concessão da almejada liminar indeferida por esta Relatoria às fls. 14/15.



A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 22/23. colacionando cópia do decreto de prisão preventiva às fls. 24/27.

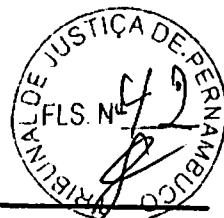
231 .

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem às fls. 32/34, firmando o entendimento segundo o qual inexistente o alegado constrangimento ilegal.

### É O RELATÓRIO.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0203991-2

HABEAS CORPUS

232

IMPETRANTE: VINICIUS NUNES NOVAES

PACIENTE: IVONALDO MANOEL DE MELO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

**V O T O**

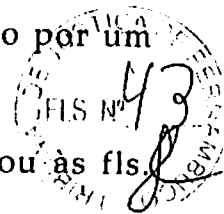
Consoante relatado, o impetrante alega, em síntese, que o paciente está sendo submetido a constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo em sua custódia cautelar e que o decreto preventivo carece de fundamentação.

Da leitura dos fólios tenho que a irresignação não merece prosperar. De acordo com os informes oficiais, a instrução criminal já está encerrada, aguardando a prolação da sentença.

Dessa forma, as alegações feitas no presente *mandamus*, referente ao alegado constrangimento pelo excesso de prazo, restaram superadas, em razão do término da instrução criminal. De fato, determina a Jurisprudência cristalizada no enunciado nº 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça que "*encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.*"

É mister ressaltar, outrossim, que, de qualquer forma, o impetrante não poderia levantar o argumento de excesso de prazo quando a culpa pelo atraso no andamento da instrução recai sobre o

próprio paciente, que permaneceu em local incerto e não sabido por um período razoável, embaraçando o regular trâmite do feito.



Sobre a referida mora, o Juízo processante relatou às fls.

22/23:

"(...)

233

*Designado interrogatório do paciente para o dia 23 de novembro de 2007, não tendo sido realizado, visto o mesmo encontrar-se em lugar incerto e não sabido. Foi determinada a sua citação via edital, designando o dia 14 de dezembro de 2007, nova data para seu interrogatório, mais uma vez não se realizando, pelo não comparecimento do paciente. Por fim, o paciente foi preso em 16 de janeiro de 2009, por força do Mandado de Prisão expedido por este juízo, bem como por infração ao art. 12 e 16 da Lei Federal nº 10.826/03, fato ocorrido no município de Salgueiro-PE, (...)"*

Quanto à suposta ausência de fundamentação na custódia cautelar, mais uma vez não assiste razão ao impetrante.

Com efeito, a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio da medida extrema, priva-se o réu de seu *jus libertatis* antes do pronunciamento condenatório definitivo. É por isso que tal medida constritiva só pode ser decretada se expressamente for justificada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, consoante o disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Ora, analisando os fólhos, verifica-se que os pressupostos ensejadores da custódia estão claramente materializados no caso em apreço. Primeiramente, observa-se que o paciente responde a três processos criminais, todos por homicídio, tendo sido preso em outra Comarca pela prática de crime previsto na Lei nº 10.826/03. Vislumbra-se, pois, que a constrição está devidamente respaldada na garantia da ordem pública tendo em vista a periculosidade do paciente, que é assíduo na senda criminosa.

Infere-se, ainda, que a fuga do paciente do distrito da culpa, além de procrastinar o feito, demonstra a sua deliberada

intenção de se furtar à aplicação da lei penal. A custódia cautelar resta, pois, consubstanciada na garantia da aplicação da lei penal haja vista a fuga do paciente do distrito da culpa.

Ao decretar a custódia do paciente, a Magistrada a quo considerou (fls. 24/27):

234

"(...)

O Ministério Público representou pela prisão preventiva dos acusados Marcos Antônio de Melo, vulgo Marquinhos, Inaldo de Melo Lima, vulgo Pio, Ivonaldo Manoel de Melo, vulgo Ivo Júnior, o indivíduo conhecido por Zé Bigode ou Zé do Revólver, como incurso nas penas do artigo 121, parágrafo 2º, inciso II, c/c artigo 14, II e artigo 29, todos do Código Penal Brasileiro, além do denunciado Jurandir Jerry Simões, vulgo Jerry, este incurso nas penas do artigo 14, da Lei nº 10.826/03, praticado contra a pessoa da vítima Jurandi Jerry Simões que, por sua vez, reagiu à investida criminosa, efetuando, igualmente, disparos de arma de fogo contra os primeiros denunciados, causando entre si, lesões graves (...).

O móvel do crime deveu-se, originalmente, a desentendimentos entre familiares dos denunciados e vítima, por conta do assassinato de alguns membros das duas famílias, motivados por vingança pessoal.

(...)

O saldo da vingança, até a data presente, foram os assassinatos de 04 membros das famílias dos denunciados e ferimentos em mais 04 membros, afora diversas apreensões de armas de fogo.

Em vista dessas razões, levando-se em conta o acirramento dos ânimos na Comarca e visando estancar o sentimento de impunidade e insegurança e medo no seio da comunidade, com o cometimento de delitos continuados, a título de vingança, entendo como justificados os motivos que ensejaram o decreto construtivo em desfavor dos denunciados.

(...)"

Sobre o tema, colaciono o seguinte precedente do Pretório Excelso:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO RÉU. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DA INSTRUÇÃO E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ACUSADO COM EXTENSA FOLHA CRIMINAL. DECRETO CONSTRUTIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO DENEGACÃO DO WRIT.

1. A real periculosidade do réu, possuidor de personalidade voltada para o crime, assim demonstrado em sua folha de antecedentes, bem como o fato de ter empreendido fuga do distrito da culpa, logo após a prática delituosa, são motivações idôneas, capazes de justificar o decreto construtivo, para resguardar a ordem pública, a instrução criminal e a eventual aplicação da lei penal. Precedentes do STF e do STJ.

2. As mencionadas condições subjetivas favoráveis ao paciente, tais como bons antecedentes e primariedade, não foram demonstradas; ao contrário, ficou evidenciado pelo Juízo monocrático, quando do julgamento do pedido de liberdade

provisória, que o réu é possuidor de extensa folha de antecedentes criminais.

3. A prisão cautelar justificada no resguardo da ordem pública visa prevenir a reprodução de fatos criminosos e acautelar o meio social, retirando do convívio da comunidade aquele que diante do modus operandi ou da habitualidade de sua conduta demonstra ser dotado de periculosidade.

4. Habeas Corpus denegado, em conformidade com o MPF. (HC 86.342/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2007, DJ 29/10/2007 p. 295).

235

Em função do exposto, em consonância com o entendimento da Exma. Procuradora de Justiça, voto pela denegação da presente ordem de *habeas corpus*.

É COMO VOTO.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR